

INTRODUÇÃO

Comparar as regras do *Anglo-American Cataloguing Rules, 2nd edition (AACR2)*, que permanecem com as que surgem sob os novos conceitos dados pelo *Resource Description & Access (RDA)*, ou mesmo somente tomar conhecimento dessas mudanças, nos últimos anos é o assunto que ocupa não só o espaço falado como o escrito dos professores de catalogação, dos catalogadores e mais ainda dos estudantes de biblioteconomia, que se veem diante de um impasse, sem saber se vale a pena aprender as regras do AACR2, já que deve ser substituído.

Esta introdução assim como as anteriores deste Manual, na formal impressa, trazem uma síntese da história do aparecimento do AACR2, sem detalhes, ressaltando apenas alguns fatos e documentos que consolidaram diretamente essas regras de catalogação, com o objetivo de lembrar que a sua prática não está ultrapassada.

O AACR2 teve suas origens com o *Cataloging rules: author and title entries, da American Library Association (ALA)*, 1908, identificado como Código da ALA. Houve uma 2ª edição preliminar (1941) e outra definitiva (1949), que foi objeto de críticas e estudos por algum tempo. Após a análise cuidadosa feita por Lubetzky e os Princípios da Conferência de Paris (1961), essa edição surge como 1ª edição do *Anglo-American Cataloguing Rules (AACR)*, 1967.

Essa 1ª edição do AACR teve a sua Parte I – Entrada e cabeçalho – reformulada segundo os Princípios de Paris (1961) e a sua Parte II – Descrição –, conforme o padrão internacional de descrição bibliográfica, *International Standard Bibliographic Description (ISBD)*, dando origem, assim, à 2ª edição do AACR (1978), conhecida desde então e até hoje como AACR2.

Esse código, traduzido em 25 línguas e adotado por vários países, inclusive oficialmente pelo Brasil, é considerado um código internacional. As novidades trazidas por essa 2ª edição (1978) foram bem-aceitas e consideradas um sucesso, mas muitos anos se passaram e as alterações e atualizações que deveriam surgir em novas edições foram sendo adiadas. Segundo seus editores, os acertos e correções feitos nesses anos não justificavam novas edições e permanecia então a 2ª edição, reeditada como revisão: *AACR2 1988 Revision*, *AACR2 1998 Revision* e *AACR2 2002 Revision*.

A partir de 2004, o Joint Steering Committee for Revision of AACR avançou o seu trabalho rumo à 3ª edição, o AACR3. O passo foi grande, e as mudanças foram tão substanciais que não se justificava nem mesmo uma nova edição, mas a criação de algo novo, o que viria a ser o seu sucessor – o *Resource Description & Access (RDA)*.

Do Seminário sobre Registros Bibliográficos, Estocolmo (1990), surge o grupo de estudos para definir os requisitos funcionais para os registros bibliográficos. O relatório final do grupo foi apresentado e aprovado na 63ª Conferência Geral da IFLA, e publicado sob o título *Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR)*, 1998.

Os FRBR, um modelo conceitual do tipo entidade-relacionamento, estabelecem: as entidades dos registros bibliográficos, os atributos de cada uma das entidades, as relações entre as entidades, sendo as entidades o aspecto mais importante do modelo. Portanto, não se trata de um código de catalogação, ou um formato como o MARC, não descrevem a forma de apresentação dos elementos descritivos, como a ISBD, nem invalidam a sua utilização, mas vêm influenciando a reformulação de todas essas práticas.

É aqui que o *AACR2* encontra o seu impasse: *Resource Description & Access (RDA)*, que vem para substituí-lo como o novo código de catalogação, segundo as entidades *FRBR*. O Brasil ainda não assumiu oficialmente a sua tradução e prática, mas outros países sim, como os Estados Unidos, que o utilizam de forma totalmente estabelecida em suas bibliotecas, lideradas pela Library of Congress.

O QUE ACONTECEU E ESTÁ ACONTECENDO COM O AACR2 APÓS A CHEGADA DO RDA?

A resposta se resume nas palavras de Chris Oliver, participante ativa do processo de desenvolvimento do *RDA*, no seu livro, *Introduction RDA: a guide to the basics*, tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos (2011), do qual destaco aqui apenas algumas partes mais significativas:

“... Podemos pensar na *RDA* como produto de uma total desconstrução das *AACR2* e sua reconstrução como uma nova norma centrada na estrutura dos modelos conceituais *FRBR* e *FRAD*. Na desconstrução coletiva da Parte I das *AACR2* as regras foram retiradas de seus capítulos... removidas da estrutura de ‘tipo de material’ que definia a Parte I das *AACR2*... Inúmeras regras das *AACR2* foram reescritas para ajustá-las à terminologia da *RDA* e postas em novo lugar na estrutura da *RDA*, porém, na essência, continuam as mesmas... há instruções *RDA* que não passam de regras *AACR* retrabalhadas, embora a orientação da norma como um todo haja sido alterada...”

Entre o *AACR2* e o *RDA*, há grandes diferenças nas suas estruturas e, conseqüentemente, diferenças de linguagem, mas não há motivo para não caminharem juntos, razão da 6ª edição 2015, sua reimpressão 2020 passar em 2024 neste recurso eletrônico, mesmo com as regras numa estrutura tornada obsoleta.

A transposição de 800 páginas impressas (21 x 22 cm) para o padrão eletrônico Amazon, só foi possível graças à capacidade e dedicação do designer gráfico Denys Márcio de Sousa, responsável pelo projeto gráfico e diagramação de todas as edições anteriores impressas.

A Autora